

AS DIFERENÇAS E AS IDENTIDADES: UM DESAFIO PARA O ENSINO INTERCULTURAL

Ademárcia Lopes de Oliveira Costa ¹

Lucineia Contiero ²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre os significados de identidades e diferenças na proposição de um ensino intercultural crítico. Para tanto, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, natureza básica, descritiva, desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica. Os resultados evidenciam que o ensino intercultural questiona as desigualdades e as diferenças que foram se construindo e sendo alimentadas ao longo do tempo entre distintos grupos socioculturais, étnico-raciais, de sexualidade, de territorialidades, de classes sociais, de etarismo, etc. Assim, é preciso pensar um ensino que questione a colonialidade presentificada nas escolas, nos livros didáticos e nos processos educacionais em geral que reforçam a lógica da homogeneização. Nesse sentido em um ensino que busca promover a diversidade e o diálogo intercultural, é fundamental reconhecer o quanto as identidades e as diferenças são complexas, pois a interação com o "outro" desafia as noções fixas de ambos, incentivando uma reflexão mais profunda sobre como tais conceitos são construídos e moldados. Tanto identidades quanto diferenças são pertencentes ao mundo cultural e ao mundo social, sendo, portanto, fabricadas. Nesse sentido, estão imersas em um contexto de disputas, de poder, não convivem de modo concordante. Conclui-se que é fundamental compreender o papel da instituição escolar nesse processo, a fim de possibilitar um ensino voltado para a interculturalidade e para a promoção do respeito a todos.

Palavras-chave: Diferenças, identidades, interculturalidade, ensino.

INTRODUÇÃO

Pensar a perspectiva decolonial de educação pressupõe pensar sobre um ensino que se configure como intercultural, que se construa sobre bases orientadas para a promoção da equidade entre os diferentes grupos nas relações sociais e nos processos educativos. Vivemos em uma sociedade marcada por intensos processos de globalização, migração e intercâmbio cultural, em que as questões relacionadas às identidades e às diferenças tornam-se cada vez mais centrais nas práticas educativas. A escola, enquanto espaço social de produção de saberes e de convivência entre sujeitos plurais, enfrenta o desafio de reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnico-racial, religiosa, de gênero e de classe que compõe o cotidiano

¹ Profa. Dra. no Centro de Educação, no Departamento de Práticas Educacionais e Currículo. Profa. Permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGED, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, ademarcia.costa@ufrn.edu.br.

² Pós-Doutora em Ciências Aeroespaciais/Formação de Professores pela UNIFA - Universidade da Força Aérea, em Literatura e Vida Social (UNESP), Profa. Dra. do Curso de Letras/Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, lucineiacontieroufrn@gmail.com.



escolar. Contudo, as práticas pedagógicas ainda carregam traços de uma lógica colonial e homogênea, que tende a silenciar ou inferiorizar determinadas vozes e modos de ser. Sendo a escola um dos espaços de disputas de sentidos sobre cultura, identidade e diferença, torna-se urgente refletir sobre as possibilidades de um ensino que se construa a partir da interculturalidade crítica, proposta que busca promover o diálogo entre diferentes grupos socioculturais e questionar as relações de poder que estruturam as desigualdades.

Assim, este estudo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre os significados de identidades e diferenças na proposição de um ensino intercultural crítico. Para tanto, apoia-se, prioritariamente, nas contribuições teóricas de Candau (2012, 2020) e Tomaz Tadeu da Silva (2014), autores que ajudam a compreender a complexidade desses conceitos e suas implicações para a educação contemporânea.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, descritiva e caráter bibliográfico, cujo propósito é contribuir para o debate sobre o papel da escola na construção de práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade e à superação de processos excludentes.

Este estudo está organizado da seguinte maneira: pela introdução, ora apresentada, contendo a contextualização do tema e o objetivo; pela metodologia, na qual se descreve brevemente o caminho percorrido para obtenção do estudo; em seguida, consta as principais ideias dos autores utilizados e um diálogo entre elas, no qual se propõe uma discussão conceitual sobre identidades e diferenças; na proposição de aprofundar tal discussão, apresenta-se uma reflexão sobre o ensino intercultural crítico e suas implicações para a educação. Para finalizar, constam as considerações finais com os achados e os limites do estudo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, natureza básica, descritiva, desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por compreender que esse tipo de investigação privilegia a interpretação dos fenômenos em seus contextos naturais, valorizando os significados atribuídos pelos sujeitos e evitando a redução dos dados a números ou estatísticas. Segundo Prodanov e Freitas (2013), na pesquisa qualitativa, o ambiente natural constitui a principal fonte de informações, e o pesquisador atua como instrumento fundamental na coleta e análise dos dados. Nessa perspectiva, o processo investigativo ocorre de forma



indutiva, buscando compreender o sentido das experiências e das relações observadas, mais do que mensurá-las.

Quanto à sua natureza descritiva, o estudo tem por finalidade apresentar e compreender características e relações de determinado fenômeno, sem que haja manipulação ou interferência por parte do pesquisador. Conforme destacam Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de pesquisa envolve a observação, o registro e a análise dos dados do modo como se manifestam na realidade, permitindo identificar padrões, causas e conexões entre os fatos.

Por fim, caracteriza-se também como uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos disponíveis em meios digitais. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de investigação exige atenção criteriosa à veracidade e coerência das fontes consultadas, especialmente quando os dados são obtidos em ambientes virtuais, a fim de assegurar a consistência e a fidedignidade das informações analisadas.

Dessa forma, este estudo fundamenta-se nas contribuições teóricas de Vera Maria Candau (2012, 2020) e Tomaz Tadeu da Silva (2014), cujas reflexões permitem problematizar as relações entre identidade, diferença e interculturalidade no campo educacional. A análise desenvolve-se a partir da leitura crítica e interpretativa dos escritos desses autores, buscando articular seus conceitos às discussões contemporâneas sobre a construção de um ensino intercultural crítico e comprometido com a valorização das diferenças.

Assim, os resultados e discussões emergem da interlocução teórica estabelecida entre as ideias desses autores e o tema da pesquisa, possibilitando compreender, em profundidade, os sentidos atribuídos à identidade, à diferença e à interculturalidade na educação, constituindo-se como o eixo central de análise apresentado na seção seguinte.

IDENTIDADE, DIFERENÇA E INTERCULTURALIDADE: REFLEXÕES PARA UM ENSINO CRÍTICO

Por muito tempo, difundiu-se a noção de que bastaria apenas respeitar ou tolerar a diversidade para que as diferenças e as identidades fossem efetivamente valorizadas. Entretanto, atualmente compreende-se que essa postura é insuficiente; é necessário ir além do respeito e, chegou-se a conclusão que não se trata de tolerância. Importa refletir criticamente sobre a própria diversidade e sobre sua capacidade de sustentar debates significativos acerca de



identidades e diferenças, especialmente no contexto escolar. Silva (2014) destaca que, para a diversidade, a diferença e a identidade frequentemente são naturalizadas e cristalizadas, sendo tratadas como elementos fixos da vida social. Diante disso, o desafio reside na construção de um currículo que não se limite a reconhecer a diversidade ou a afirmar identidades e diferenças, mas que, de forma intencional, problematize esses conceitos, promovendo sua análise crítica e reflexiva no âmbito educativo.

Silva (2014), conceitua identidade e diferença da seguinte forma:

A questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social ao mesmo tempo que é um problema pedagógico e curricular. É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável. É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e os jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. Mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a volta do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência. O reprimido tende a voltar - reforçado e multiplicado. E o problema é que esse "outro", numa sociedade em que a identidade torna-se, cada vez mais, difusa e descentrada, expressa-se por meio de muitas dimensões. O outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente (Silva, 2014, p. 97).

Ambos são, portanto, conceitos criados que não se limitam ao campo individual ou cultural, uma vez que se manifestam como problemas sociais, pedagógicos e curriculares. A escola se torna um espaço central no qual o encontro com o outro da diferença – em gênero, cor, raça, corpo, etc – além de ser inevitável, é muitas vezes, lugar de confrontos. Ao afirmar que o “ignorado, o reprimido, tende a voltar”, o autor nos esclarece que tentar negar ou silenciar as diferenças apenas intensifica os conflitos. Sendo assim, o currículo e as práticas pedagógicas precisam ser repensados como instrumentos de diálogo e de reconhecimento das distintas identidades e diferenças.

Para Silva (2014), em um primeiro momento, pode parecer simples definir a identidade quando esta é concebida como uma positividade, isto é, como algo autônomo, que tem como referência apenas a si mesma. Nesse sentido, “a identidade é simplesmente aquilo que se é: ‘sou brasileiro’, ‘sou negro’, ‘sou homossexual’, ‘sou jovem’, ‘sou homem’” (Silva, 2014, p. 90). De modo semelhante, seguindo essa lógica, a diferença, em oposição à identidade, corresponderia àquilo que pertence ao outro: “[...] ‘ela é italiana’, ‘ela é branca’, ‘ela é homossexual’, ‘ela é velha’, ‘ela é mulher’” (Ibidem). Observa-se, portanto, uma relação de interdependência entre ambas. O autor explica que, em geral, tende-se a considerar a diferença



como algo derivado da identidade, tomando-se aquilo que se é como norma ou ponto de partida para definir aquilo que não se é. No entanto, Silva (2014) argumenta que identidade e diferença são mutuamente determinadas, constituindo-se de forma relacional.

Nesse entendimento, ambas estão continuamente sendo (re)construídas no encontro com o outro. Logo, o que se entende por “ser ou não ser” algo depende das relações de poder, dos discursos e das representações produzidas em determinado contexto. Reconhecer essa dimensão relacional permite problematizar práticas excludentes que tomam uma identidade como norma, relegam às demais, reforçando desigualdades e hierarquias sociais. Sobre isso, Silva (2014), assim explica:

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais (p. 93).

Nesse sentido, a normalização, busca atribuir a uma identidade específica – geralmente associada ao grupo detentor do poder – o estatuto de referência, a partir do qual todas as outras são desvalorizadas. Essa identidade tida como “normal” torna-se invisível enquanto construção histórica e cultural, pois passa a ser percebida como natural, legítima. As demais identidades, marcadas pela diferença, assumem a posição de subordinadas. Assim, a normalização vai sustentando desigualdades simbólicas e sociais nos mais distintos espaços, incluindo aí a educação.

Esta compreensão, evidencia a necessidade de repensar o espaço escolar como um ambiente capaz de fazer o contraponto e de valorizar todas as pessoas. Nesse sentido, a interculturalidade emerge como um conceito essencial para repensar essas temáticas no contexto escolar. Ao enfatizar o diálogo e a convivência entre distintas culturas, a interculturalidade propõe uma educação pautada no reconhecimento mútuo e na superação das hierarquias que historicamente marcaram o espaço escolar.

Candau (2020), explica que é preciso atentar-se para o caráter polissêmico do termo “educação intercultural”, para não correr o risco de reduzi-la a simples visibilização dos



diversos grupos socioculturais. Para a autora, a interculturalidade precisa se concebida na perspectiva crítica, caracterizada da seguinte maneira:

Trata-se de questionar as diferenças e desigualdades construídas ao longo da História entre diferentes grupos socioculturais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, entre outros. Parte-se da afirmação de que a interculturalidade aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e sejam capazes de construir relações novas, verdadeiramente igualitárias entre os diferentes grupos socioculturais, o que supõe empoderar aqueles que foram historicamente inferiorizados (Candau, 2012, p. 244).

Nesse sentido, a interculturalidade crítica parte do pressuposto de que as diferenças culturais, étnicas, de gênero, sexual, etc, são resultados das relações históricas marcadas por desigualdade e poder. Trata-se, não apenas de conviver com a diferença, mas, sobretudo, de questionar as hierarquias e exclusões que foram produzidas ao longo do tempo por esses distintos grupos sociais, buscando promover relações dialógicas e transformadoras que possam romper com a lógica da dominação e construir novas formas de convivência.

Ao construir, de maneira coletiva no seu grupo de pesquisa, um mapa conceitual da expressão “educação intercultural”, Candau (2012), explica que o grupo chegou a quatro categorias básicas: i) sujeitos e atores – a interculturalidade envolve tanto as relações entre indivíduos quanto entre grupos sociais de distintas culturas, propondo a valorização de identidades plurais, construídas nas interações. Busca-se, nesse processo, fortalecer a autonomia e o empoderamento das pessoas historicamente marginalizadas; ii) saberes e conhecimento – propõe refletir sobre as diferentes formas de se produzir saber e conhecimento na sociedade. Enquanto o conhecimento é, geralmente, associado ao pensamento científico, sistematizado, o saber, se amplia, correspondendo às práticas e visões de mundo dos diversos grupos socioculturais. Descarta-se qualquer possibilidade de hierarquia entre eles, mas assumir a multiplicidade que os caracterizam; iii) práticas socioeducativas – relaciona-se à necessidade de repensar os processos de ensinar e aprender em uma perspectiva intercultural. Propõe superar modelos pedagógicos padronizados, reconhecendo a importância de práticas participativas e dialógicas que valorizem as diferenças; iv) políticas públicas – esta categoria destaca a importância de relacionar o processo educacional com o contexto político e social mais amplo. Nesse sentido, a interculturalidade crítica reconhece o papel dos movimentos sociais na busca por visibilidade e afirmação das identidades historicamente marginalizadas e defende a necessidade de políticas afirmativas que promovam a justiça social.



Pensar a interculturalidade crítica a partir dessas premissas, permite compreendê-la como essencial para promoção de um ensino pautado no diálogo, no reconhecimento das diferenças e no enfrentamento das desigualdes históricas presentes no ambiente escolar. Desse modo, a interculturalidade crítica propõe romper com a lógica da exclusão ao valorizar a diferença como princípio formativo.

Nessa perspectiva, compreender as identidades e as diferenças é fundamental para uma prática pedagógica que valorize os múltiplos saberes e experiências das pessoas, reconhecendo suas trajetórias e contextos socioculturais. Essa compreensão permite romper com visões homogêneas e excludentes ainda presentes no espaço escolar, promovendo um ensino mais inclusivo e democrático.

Aprofundando essa discussão é possível recorrer mais uma vez às contribuições de Candau (2020). A autora destaca que estamos imersos em processos de colonialidade, profundamente introjetados e naturalizados no imaginário coletivo. Esses processos permeiam nossas mentalidades, influenciam os conhecimentos que privilegiamos e moldam os valores que atribuímos aos diferentes grupos socioculturais. Os processos educacionais reforçam essa lógica. Segundo a autora:

Os processos educacionais, em geral, reforçam a lógica da colonialidade, promovendo a homogeneização dos sujeitos neles implicados, reconhecendo um único tipo de conhecimento como válido e verdadeiro, aquele produzido a partir do referencial construído pela modernidade europeia. Se não questionarmos o caráter único do que consideramos desenvolvido, moderno, civilizado, verdadeiro, belo, não podemos favorecer processos em que se promova o diálogo intercultural. Desnaturalizar os processos de colonialidade constitui um desafio fundamental para o desenvolvimento da educação intercultural crítica e decolonial (Candau, 220, p. 681).

A autora nos faz refletir que, para promover um diálogo intercultural crítico (aqui, trazemos para o espaço escolar), faz-se necessário questionar e desnaturalizar a lógica da colonialidade. Candau (2020), reconhece as contribuições do eurocentrismo, mas levanta a necessidade de questioná-lo e a importância de negar sua universalidade, uma vez que se trata de uma produção particular que foi naturalizada como universal, mas que não o é; e que, nesse sentido, precisa entrar em diálogo com outras epistemologias que foram inferiorizadas ou mesmo negada e/ou destruídas. Trata-se de uma nova forma de pensar, conceber e desenvolver os currículos escolares.

Nessa perspectiva se desloca o foco para os sujeitos historicamente marginalizados, reconhecendo que suas vozes e saberes são elementos centrais para se romper com a lógica



hegemônica de uma identidade única e superior. Trata-se de um movimento que além de valorizar as diferenças, busca construir epistemologia e práticas a partir das resistências dos distintos grupos, historicamente relegados a invisibilidade.

Assim, o papel da escola em uma educação intercultural é ser espaço de debates sobre os conflitos e os desafios inerentes às diferenças, criando oportunidades para diálogo e negociação, além de buscar promover práticas pedagógicas que valorizem a todos e que combata as desigualdades não apenas na escola, mas que ensine que a educação intercultural constitui um processo permanente, amplo e que mobiliza todos os segmentos da sociedade.

Com base na discussão realizada, é possível afirmar que Silva (2014) e Candau (2012, 2020) convergem ao reconhecerem a importância de compreender os conceitos de identidades e diferenças para uma educação plural. Enquanto Silva (2014) evidencia como a naturalização de uma identidade dominante gera hierarquias e exclusões, Candau (2012, 2020) destaca a necessidade de problematizar a colonialidade e valorizar saberes historicamente marginalizados, tendo a interculturalidade crítica como possibilidade de contraponto. Essa aproximação mostra que a reflexão sobre identidades e diferenças é essencial para se efetivar práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem grupos socioculturais historicamente invisibilizados no espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo apresentar uma reflexão sobre os significados de identidades e diferenças na proposição de um ensino intercultural crítico. Para atingir esse objetivo, realizou-se uma análise bibliográfica articulando as contribuições de Tomaz Tadeu da Silva (2014) e Vera Maria Candau (2012, 2020) buscando aprofundar a compreensão das relações entre identidade, diferença e interculturalidade na educação.

Abordamos a compreensão de que identidade e diferença não são conceitos estáticos ou naturais, mas construções históricas e sociais que se manifestam nas relações cotidianas. Reconhecer essa dimensão relacional permite problematizar práticas pedagógicas que tomam uma identidade como norma e relegam outras à posição de subalternidade, reforçando desigualdades e hierarquias. Nesse sentido, a reflexão crítica sobre identidades e diferenças se mostra essencial para a promoção de um ensino intercultural, capaz de valorizar as trajetórias, experiências e saberes diversos presentes no ambiente escolar, contribuindo para a formação de



sujeitos conscientes e participativos.

A análise permitiu evidenciar que a naturalização de uma identidade dominante sustenta hierarquias e exclusões, enquanto outras formas de saber e experiência permanecem marginalizadas. Observou-se que a educação intercultural crítica vai além do respeito, da mera tolerância ou visibilização das diferenças, exigindo reflexão sobre os processos históricos e sociais que estruturam desigualdades. Nesse sentido, currículos e práticas pedagógicas precisam ser repensados como instrumentos capazes de reconhecer, valorizar e empoderar grupos socioculturais historicamente invisibilizados, promovendo relações educativas mais justas e dialogais.

Entre os principais achados, destaca-se que o reconhecimento das diferenças e identidades deve ser intencional e articulado às práticas escolares, de modo a desnaturalizar processos excludentes e favorecer a construção de espaços educativos mais democráticos e inclusivos. Como limite do estudo, pode-se apontar seu caráter exclusivamente bibliográfico, que, embora possibilite análise crítica e aprofundada, não contempla dados empíricos sobre a aplicação das propostas discutidas na prática escolar. Assim, pesquisas futuras poderiam investigar como professores e alunos vivenciam e implementam estratégias de educação intercultural crítica em diferentes contextos educativos, fortalecendo a articulação entre teoria e prática.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QL9nWpmbhP8B4QdN8yt5xg/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças, Educação intercultural e Decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**. (online), João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 678-686, dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949>. Acesso em: 2 out. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Erlani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book, Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

